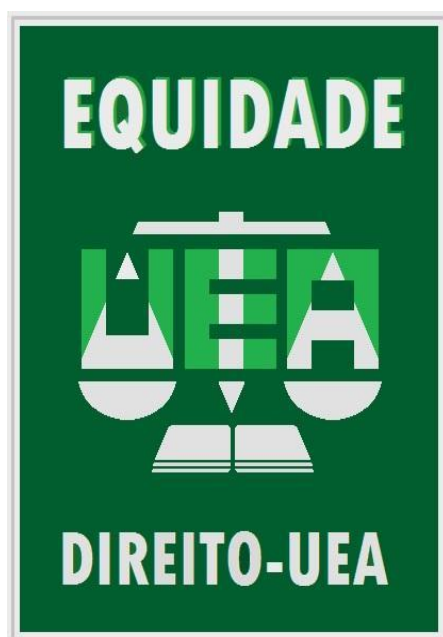


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medieros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillippe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

O PAPEL DO SNUC NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

THE ROLE OF SNUC IN THE AMAZON: CHALLENGES AND POTENTIALITIES

Henrique Raimundo do Nascimento Fortaleza¹

Hiago Araújo de Freitas²

Denison Melo de Aguiar³

Neuton Alves de Lima⁴

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regido pela Lei nº 9.985/2000, é o principal marco normativo brasileiro para a gestão e proteção de espaços territoriais e seus recursos ambientais. Com mais de 2.400 unidades distribuídas pelos três níveis de governo, e com aproximadamente 28% do território amazônico concentrado em UCs, o SNUC assume uma relevância estratégica inquestionável para a conservação global. No bioma amazônico, o SNUC visa garantir a integridade dos ecossistemas e proteger a rica biodiversidade local, que está sob constante ameaça.

¹ Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí. Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Contato: henrifortaleza@gmail.com/https://lattes.cnpq.br/5781431773640262.

² Especialista em Segurança Pública pela Faculdade de Ensino de Minas Gerais (FACEMINAS). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Contato: hadf.spc24@uea.edu.br/http://lattes.cnpq.br/6451858497475281.

³ Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARBIC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9956374214863816. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5903-4203

⁴ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 as Unidades de Conservação são definidas como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com 37 objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A implementação do sistema na Amazônia se torna um desafio complexo, dada a vastidão territorial, a fragilidade de áreas sensíveis e o contexto de pressões socioambientais intensas, como o avanço da fronteira agrícola e a exploração ilegal de recursos. Neste contexto, o presente trabalho busca analisar o papel fundamental das Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia, avaliando sua efetividade diante dos desafios existentes.

Para ARAÚJO e MELO e SOUZA (2012) a criação de Unidades de Conservação (UC) objetiva também, consolidar a sustentabilidade entre o ser humano e a natureza em áreas de relevância natural. De fato, o estabelecimento das Unidades de Conservação tem sido posta como uma estratégia para reduzir as ações danosas do homem aos ambientes naturais e a conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2001; GASTAL e SARAGOUSI, 2008).

2. JUSTIFICATIVA

O estudo das UCs amazônicas é fundamental para o campo acadêmico, especialmente para as Academias de Direito da Amazônia, pois permite aprofundar a compreensão das dinâmicas relacionadas à gestão territorial, à implementação de instrumentos jurídicos de conservação (como o SNUC) e à aplicação da legislação ambiental. O trabalho contribui para a produção de ciência na região, ao oferecer uma análise crítica da eficácia de políticas públicas, fomentando o debate sobre modelos de desenvolvimento que conciliem a proteção ambiental com o uso sustentável.

A relevância social do tema reside na centralidade das UCs como pilares na proteção de territórios ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia. Tais comunidades, detentoras de saberes ancestrais, enfrentam pressões crescentes de invasões de terras e exploração ilegal, e as UCs são essenciais para garantir seus direitos e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O trabalho defende a

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

importância de conciliar a proteção ambiental com a inclusão e justiça social, gerando impactos positivos diretos na vida das populações amazônicas.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na proteção ambiental, na manutenção da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável da Amazônia, avaliando sua efetividade diante dos desafios socioambientais da região.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O estudo busca, inicialmente, explorar os principais conceitos e diretrizes do SNUC, com foco nas categorias de unidades de conservação aplicadas ao bioma amazônico.

Em seguida, é objetivo identificar os desafios enfrentados pelas unidades de conservação da Amazônia, como desmatamento, exploração ilegal de recursos e conflitos fundiários.

Por fim, o trabalho visa avaliar a eficácia das políticas públicas associadas ao SNUC na mitigação dos impactos ambientais e no fortalecimento da sustentabilidade na região amazônica.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem contribuído para a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na Amazônia, considerando os desafios socioambientais enfrentados na região?

5. METODOLOGIA

5.1. TIPO DE PESQUISA

Este estudo utiliza uma abordagem de Pesquisa Qualitativa, visando interpretar os aspectos relacionados à implementação e eficácia do SNUC no contexto amazônico. A pesquisa também possui natureza bibliográfica e documental.

5.2. TÉCNICAS DE PESQUISA

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

A pesquisa baseou-se fundamentalmente na pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes secundárias. A análise documental incidiu sobre artigos científicos, relatórios institucionais, legislações ambientais (como a Lei nº 9.985/2000), e dados de órgãos governamentais e ONGs. Complementarmente, foi realizada uma revisão bibliográfica focada em estudos sobre unidades de conservação na Amazônia, englobando temas como biodiversidade, áreas protegidas e pressões socioambientais.

4.3. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados seguiu a Análise de Dados Qualitativa, focada na interpretação de significados e contextos. Foi aplicada a Análise de Conteúdo para identificar categorias e temas recorrentes (desafios, potencialidades, categorias de UC, BR-319, participação social) e padrões discursivos em relação à sustentabilidade e à justiça social na Amazônia.

5. RESULTADOS

6.1. Conceitos e Diretrizes do SNUC no Bioma Amazônico

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) organiza as Unidades de Conservação (UCs) em duas categorias principais. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo preservar a natureza, restringindo ao máximo a intervenção humana. Exemplos representativos dessa categoria incluem o Parque Nacional da Amazônia e a Reserva Biológica (REBIO) do Rio Trombetas, que são áreas destinadas à conservação total dos ecossistemas.

Por outro lado, as Unidades de Uso Sustentável permitem a exploração dos recursos naturais de maneira equilibrada, conciliando conservação ambiental com atividades produtivas. Um exemplo emblemático dessa categoria são as Reservas Extrativistas, como a RESEX Chico Mendes, que viabilizam o uso racional dos recursos por populações tradicionais, promovendo o desenvolvimento sustentável.

A Amazônia concentra cerca de 28% do seu território em UCs. O estado do Amazonas possui 42 UCs estaduais (8 de Proteção Integral e 34 de Uso Sustentável), totalizando aproximadamente 18,9 milhões de hectares sob gestão estadual. Considerando as esferas federal e estadual, cerca de 27% do território do Amazonas é protegido por UCs.

6.2. Desafios das Unidades de Conservação da Amazônia

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

As UCs na Amazônia, apesar de sua função protetiva, são vulneráveis a ameaças constantes que limitam sua efetividade. Os principais desafios identificados são o Desmatamento e a Exploração Ilegal, onde o corte ilegal de madeira, a mineração clandestina (que causa contaminação por mercúrio) e a expansão da fronteira agrícola pressionam as áreas protegidas. A ausência de fiscalização eficiente, a vastidão territorial e o envolvimento de redes criminosas organizadas contribuem para a perpetuação dessas práticas. Segundo estudo do IPEA (2017):

A Amazônia deve continuar sendo um foco de tensão, envolvendo tanto atores estatais (com os Países pelos quais se estende o território amazônico) quanto não estatais - como organizações não governamentais (ONGs), comunidades indígenas, empresas e membros da comunidade científica. Desafios como o desmatamento e a redução da biodiversidade, atividades de biopirataria e dificuldades de fiscalização e controle dessa região continuarão significativos.

Outro desafio central é o dos Conflitos Fundiários, pois a sobreposição de terras protegidas com áreas reivindicadas por proprietários rurais e comunidades, somada a ambiguidades legais na regularização fundiária, dificulta a gestão e a proteção efetiva, gerando violência e degradação ambiental. Soma-se a isso a questão dos Recursos Insuficientes, já que muitas UCs carecem de infraestrutura básica, equipamentos e pessoal qualificado, o que limita o monitoramento e a proteção.

A escassez de orçamentos e programas de capacitação para gestores ambientais agrava o problema. Por fim, a Problemática da BR-319 é um fator de pressão, pois a rodovia que liga Manaus a Porto Velho atravessa áreas de floresta primária e sua pavimentação estimula a grilagem e o desmatamento, impactando Unidades de Conservação como a RDS do Tupé e a ESEC de Cuniã, o que agrava os desafios de fiscalização.

6.3. Eficácia das Políticas Públicas Associadas ao SNUC

O SNUC e suas políticas demonstram eficácia na mitigação de impactos, porém dependem de fortalecimento institucional para a sustentabilidade. As Reservas Extrativistas, por exemplo, mostram-se capazes de equilibrar a preservação ambiental com o uso racional dos recursos. Contudo, a ausência de políticas consistentes de inclusão social e de fortalecimento da bioeconomia limita o desenvolvimento socioeconômico das populações locais.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Para aumentar a eficácia, o estudo defende políticas integradas que priorizem: o Fortalecimento da Fiscalização, com a utilização de tecnologias avançadas, como monitoramento por satélite, e o aumento do contingente de agentes de campo ; a Regularização Fundiária, com a aceleração do processo com transparência e justiça para minimizar conflitos ; e, por fim, as Parcerias Estratégicas e a Bioeconomia, por meio da promoção de parcerias entre governo, ONGs e comunidades locais para integrar a conservação com a geração de renda, como o manejo florestal sustentável e a bioeconomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é comprovadamente um instrumento jurídico e estratégico fundamental para a proteção da biodiversidade, a mitigação de impactos ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. As UCs desempenham um papel crucial na garantia dos direitos das populações tradicionais e indígenas e na preservação de ecossistemas estratégicos.

A hipótese da pesquisa é validada no sentido de que a implementação do SNUC contribui significativamente para a preservação e a sustentabilidade, mas sua efetividade plena é ameaçada por desafios estruturais. Desafios de fiscalização, financiamento e conflitos fundiários indicam que o sistema ainda opera com limitações.

A superação desses obstáculos exige um compromisso político e social contínuo, com a priorização de soluções integradas. A avaliação da efetividade do SNUC deve, necessariamente, ir além dos indicadores ambientais para incluir os impactos sociais e econômicos positivos sobre as comunidades da floresta. É imperativo investir em monitoramento avançado e colaboração internacional (como o Fundo Amazônia) para construir um futuro sustentável que concilie a proteção ambiental com a justiça social e o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. R.. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

BARRETO, Paulo; SILVA, Denise. **Conservação e uso sustentável das florestas amazônicas**. Brasília: IPAM, 2020.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis **Artigo Científico**

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito do desenvolvimento sustentável**: coletânea de textos. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

FERREIRA, Leandro V. *et al.* Unidades de Conservação na Amazônia brasileira: avanços e desafios. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 111–126, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil 2035**: cenários para o desenvolvimento. Brasília: IPEA : ASSECOR, 2017. p.189-191

SEMA/AM. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. **Site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas**. Disponível em: <http://www.sema.am.gov.br>. Acesso em: 03 fev. 2025.

WWF-BRASIL. **Site da World Wildlife Fund Brasil**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Biodiversidade; SNUC; Sustentabilidade; Unidades de Conservação.

KEY WORDS: Amazon; Biodiversity; Conservation Units; SNUC; Sustainability.